



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Comissão Intergestores Bipartite

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO

Dia: 11 de fevereiro de 2016

Horário: 09 horas

Local: 8º andar da SES

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Lourdes de Costa Remor, Leandro Adriano de Barros, Paulo Orsini, Cristina Pires, Diogo Demarchi, Fábio Antonio de Souza, Dulce Castro Quevedo, Lisete Contin; Fabio Gaudenzi Faria, Eduardo Macario, Cesar Augusto korzaguin, Marilvan Cortese, Josué Vieira, Andiará Sopelsa, Grace Ella Berenhauer, Helma Finta Uba,

COSEMS: Maria Regina de Souza Soar e Uiara Silva (Blumenau); Marcia Adriana Cansian (Botuverá); Francinara Tatiana Zavaski (Camboriu); Gilvana Schneider (Chapecó); Sidnei Bellé (Caibi); Sinara Crippa Milanez Roseclair de Barros (Cosems); Fernanda Cristina Freló, Maria do Carmo Reis e Vitor Machado (Criciúma); Mônica Pasold (Jaraguá do Sul), Sonia Bodanese (Assessora Técnica do COSEMS), Ana Totti (Camboriú); Silmara Tobaldini (Concórdia), Geraldo Azzolini: (Assessor Técnico do COSEMS).

ITENS DA PAUTA

1. Plano da Oncologia;
2. Alteração de Curso da EFOS;
3. INFORMES:
 - Consórcio
 - Plano da Atenção Básica
 - Disponibilidades de Vacinas
 - SIM e SINASC
 - Cirurgias eletivas
 - Outros.

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: Maria Regina de Souza Soar

1. Plano Estadual de Oncologia: atualização

Diogo Demarchi, Gerente de Planejamento, apresenta o estudo final do Plano, com a relação dos prestadores de serviço habilitados, Prestadores a serem habilitados, a proposta de expansão prevista e todas as referências (quem vai para quem). Portaria MS 140 de 27 de fevereiro de 2014. Cita que o prazo para o envio do Plano Estadual da Oncologia ao MS expira em 29 de

Lourdes de Costa Remor.

fevereiro de 2016. Esse já é o terceiro prazo concedido aos estados. Informa que a estimativa do INCA para os dados do Plano foi divulgada em 04 de fevereiro de 2016. O desenho do Plano foi elaborado em cima de 18.400 casos novos/ano, nova estimativa do INCA para SC em 2016. Em 2015, eram 15.000 novos casos/ano.

Diogo traz no Plano da Oncologia o CEPON como Complexo Oncológico, pois o mesmo já funciona como tal. A proposta também traz o CEPON como CACON, pois SC só pode ter um, exigindo somente a instalação da hemodinâmica no CEPON. Lembra, que na CIB já foram aprovados os serviços de São Miguel do Oeste, São Bento do Sul e Rio do Sul. Refere que o Hospital Santa Isabel de Blumenau permanecerá como UNACON com a condição de implantar a quimioterapia, já que UNACON não pode funcionar sem quimioterapia. Cita que ainda é necessário definir os tipos de cirurgias a serem realizadas nos hospitais de apoio. Essa é uma questão a ser definida nas CIRs. Diogo encaminhará às CIRs a proposta com a relação das cirurgias para ser avaliada. Maria Regina de Souza Soar, SMS de Blumenau, sugere que a SES (Diogo) encaminhe um elenco de cirurgias para o Complexo Oncológico para que o mesmo possa optar a área que irá atuar. Márcia Cansian de Botuverá, pergunta se os prestadores têm conhecimento que deverão realizar a pediatria oncológica também. Diogo informa que isso já é de conhecimento dos prestadores. Diogo também informa que o Município de Pato Branco no Paraná não quer mais atender SC. A proposta consensuada pela Membros da Câmara Técnica é encaminhar esses pacientes da Região de Saúde de São Lourenço do Oeste e de Xanxerê para Chapecó. Fábio Souza e Angelina Custódio apresentam o número de consultas e exames oncológicos ambulatoriais. Fábio Souza cita que foram construídos pacotes com exames e que parte do pacote será alocado para os UNACONS e o restante para os serviços habilitados em oncologia. A quantidade de consultas por especialidade pode ser pactuada conforme a demanda e particularidades. Na PPI não haverá impacto financeiro para as consultas especializadas. O impacto financeiro geral é de R\$ 3.090.340,84 para a média complexidade. O teto atual é de R\$ 1.103.496,20 na PPI e o total geral ficou em R\$ 4.193.837,04. Quanto aos valores, 18.840 casos novos correspondem a 1570 pacotes novos no valor de R\$ 998,53 por pacote, para média complexidade, na PPI. Esse pacote é para exames, não para tratamento. Revogar as Deliberações anteriores com a aprovação do Plano Estadual como um todo.

Encaminhamentos: Levar para a CIB o Plano Global. Protocolo de acesso será discutido posteriormente. Revogar as Deliberações.

2. Alteração dos Cursos da Escola de Formação em Saúde – EFOS

Andiara Sopelsa, Gerente da Escola de Formação em Saúde, cita que, em virtude da dificuldade de cumprimento da legislação colocada pelo CEE/SC, alguns cursos não conseguem sua descentralização aprovada pelo CEE/SC. Diante deste quadro, a EFOS, em determinadas situações, precisa refazer o planejamento dos cursos de formação que deveriam ser descentralizados para funcionarem em sua sede própria ou alterando estes cursos para outras ações de qualificação. A dificuldade citada e a grande demanda que temos recebido para formar Agentes Comunitários de Saúde - ACS nas regiões cobertas pela EFOS servem como justificativa para as solicitações abaixo descritas que atenderão as diversas Regiões de Saúde do Estado. As alterações necessárias são apresentadas no quadro a abaixo.

Encaminhamentos: Levar para a CIB a proposta de alteração apresentada.

CURSO ATUAL E REGIÃO DE SAÚDE	CURSO A SER REALIZADO E REGIÃO DE SAÚDE	RECURSO
ESPECIALIZAÇÃO PÓS-	FORMAÇÃO INICIAL PARA AGENTES	PORTARIAS ED.

TÉCNICO EM TRAUMATOLOGIA (Grande Florianópolis –São José (Sede da EFOS))	COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – 400 horas (Regiões a serem definidas conforme demanda)	PERMANENTE (2813/08, 2953/09, 2200/2011)
ESPECIALIZAÇÃO PÓS-TÉCNICO EM SAÚDE MENTAL (Extremo Sul - Araranguá)	FORMAÇÃO INICIAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – 400 horas (Regiões a serem definidas conforme demanda)	PROFAPS 2011
ESPECIALIZAÇÃO PÓS-TÉCNICO EM SAÚDE DO IDOSO (Região de Saúde de Xanxerê – Xaxim)	FORMAÇÃO INICIAL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – 400 horas (Regiões a serem definidas conforme demanda)	PORTARIA 2200/2011

3. SIM E SINASC

Eduardo Macario, Diretor de Vigilância Epidemiológica, informa que mudaram os prazos para o envio dos dados dos sistemas de informação SIM e SINASC. A alteração na periodicidade do envio de dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) pelos municípios de acordo com extrato populacional, que deverá obedecer a seguinte rotina: Os municípios com população abaixo de 30 mil habitantes deverão realizar transferências quinzenais, e os acima de 30 mil habitantes deverão realizar transferências semanais. Na situação de não ocorrência de eventos (óbitos e/ou nascidos vivos) no período de 30 dias a contar do 1º dia do mês subjacente, os municípios enviarão obrigatoriamente o arquivo de transferência de Notificação Negativa, mantendo assim a regularidade das transferências. Os municípios deverão cumprir esse cronograma a partir do dia 01 de março de 2016. É determinação do Ministério da Saúde essa mudança de prazos. Os municípios que não cumprirem, serão passíveis de cancelamento de repasse de recurso.

Encaminhamentos: Levar para a CIB a proposta apresentada para aprovação.

4. Disponibilidade de Imunobiológicos

Eduardo Macario, Diretor de Vigilância Epidemiológica, apresenta a situação da disponibilidade dos imunobiológicos para SC. Apresenta um quadro com a descrição de todas as vacinas que estão em falta e perspectivas de serem disponibilizadas pelo MS. Maria Regina de Souza Soar, SMS de Blumenau, cita que ouviu no MS que essa situação somente se regularizar no segundo semestre de 2017.

Encaminhamentos: Levar para a CIB como informe. Maria Regina de Souza Soar, sugere que a SES informe os municípios quinzenalmente.

5. Dengue

Fábio Faria, Superintendente de Vigilância em Saúde, fala sobre a situação da Dengue, que a SES já está realizando os testes, mas, solicita aos municípios que disponibilizem as informações. Maria Regina de Souza Soar sugere que a SES chamem as Regionais para se responsabilizarem no combate ao Aedes Aegypti. Cita que as Regionais não têm conhecimento da mobilização do dia 13 de fevereiro de 2016. Eduardo Macario cita que as Regionais estão sendo contatadas.

6. Cirurgias Eletivas

Leando de Barros, Superintendente de Gestão, informa que a SES não possui ainda uma posição definida sobre a continuação da campanha de cirurgias eletivas, pagas pelo Estado de Santa Catarina. Informa ainda que o governo federal já excluiu o componente cirurgia eletiva. Não financia mais essa modalidade de cirurgia. O Governo de SC garantiu o pagamento das cirurgias eletivas até fevereiro de 2016, quando será discutida a continuação da campanha, paga pela SES/SC.

Encaminhamentos: Levar para a CIB para discussão.

7. Consórcios:

Diogo Demarchi, Gerente de Planejamento, como já havia sido acordado na Câmara Técnica, traz a informação do Ministério da Saúde, quanto ao pagamento e cadastro de consórcio de saúde. Que não há como pagar para município fora da sede de consórcio. E que a consolidação dos encaminhamentos pela SES, virá antes para a Câmara Técnica.

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite